

Gramática e Necessidade

Resumo

O objetivo do artigo é analisar o conceito de gramática nas Philosophische Bemerkungen. Para tanto, contrastamos os escritos do Wittgenstein intermediário com o que se lê no Tractatus e no período tardio da sua filosofia. Mostramos que durante o período das Bemerkungen o abandono do atomismo lógico é acompanhado de uma rejeição da suposição de um âmbito mais básico subjacente e determinante à nossa linguagem comum. Apesar disso, o tratamento das proposições necessárias que acompanha a adoção da noção de ‘sistema de proposições’ permanece oposto às descrições factuais contingentes.

Palavras-chave: Wittgenstein . Philosophische Bemerkungen . gramática . necessidade

Résumé

Notre but est d’analyser le concept de grammaire des Philosophische Bemerkungen. Notre stratégie consiste à établir un double contraste: entre ce que dit le Wittgenstein de la période intermédiaire et ce que l’on trouve dans Tractatus, d’une part, et entre les écrits de la période intermédiaire et ceux du Wittgenstein de la maturité, d’autre part. Nous montrerons que ce qui caractérise la période des Bemerkungen est l’abandon de l’atomisme logique, accompagné du rejet de la supposition d’un cadre fondamental sous-jacent au langage usuel et déterminant pour celui-ci. En dépit de cela, le traitement des propositions nécessaires qui va de pair avec l’adoption de la notion de « système de propositions » reste opposé aux descriptions factuelles contingentes.

Mots-clés: Wittgenstein . Philosophische Bemerkungen . grammaire . nécessité

* UERJ

** UFG

I. Introdução

O Wittgenstein tardio repetidas vezes mobiliza o conceito de ‘gramática’. Também nas *Philosophische Bemerkungen*, ele fala da gramática de nossa linguagem e das regras gramaticais <grammatischen Regeln> que as constituem. Há certamente pontos de proximidade e de distanciamento entre o que se lê nas *Philosophische Bemerkungen* a este respeito e o que se lê nos escritos tardios de Wittgenstein, bem como há pontos de continuidade e de descontinuidade entre o que se encontra em tal obra e no *Tractatus*. Nosso objetivo aqui é analisar o conceito de gramática nas *Philosophische Bemerkungen*, adotando a estratégia de contrastar o que é escrito pelo Wittgenstein “intermediário” com o que se lê no *Tractatus* e nos escritos do Wittgenstein tardio. Mostraremos como já no período das *Bemerkungen* o abandono do atomismo lógico é acompanhado de uma rejeição tanto da suposição de um âmbito mais básico subjacente e determinante à nossa linguagem comum, quanto do dualismo rígido entre linguagem física e não física. Apesar disso, o tratamento das proposições necessárias que acompanha a adoção da noção de ‘sistema de proposições’ <Satzsysteme> permanece oposto às descrições factuais contingentes, devendo dizer respeito às condições de possibilidades das descrições dos fatos.

II. Exclusão das Cores

Na passagem inicial das *Bemerkungen* encontramos expresso o abandono por parte de Wittgenstein da crença na existência de uma linguagem primária, suposta como final em um processo de análise.

Eu agora não tenho em mente como um objetivo a linguagem fenomenológica ou “linguagem primária”, como eu costumava chamá-la. Eu já não sustento ser isso necessário. Tudo que é possível e necessário é separar o que é essencial do que não é essencial em nossa linguagem. (...). Um reconhecimento do que é essencial e do que não é essencial em nossa linguagem se ela deve representar um reconhecimento de quais partes de nossa linguagem são rodas girando ociosamente equivale à construção de uma linguagem fenomenológica. (*PR*, I, 1.)

Tal abandono aparece confirmado na seguinte citação das conversações com *Waismann*:

Eu costumava acreditar que existia a linguagem cotidiana que nós falamos usualmente e uma linguagem primária que expressava o que nós realmente sabíamos, a saber, fenômenos. Eu também falei de um primeiro sistema e um segundo sistema (...). Eu não mais subcrevo esta concepção. Eu penso que nós temos essencialmente uma linguagem, e que é a nossa linguagem cotidiana. Nós não precisamos inventar uma nova linguagem ou construir um novo simbolismo, mas nossa linguagem cotidiana é a linguagem desde que a livremos das obscuridades que nela jazem escondidas. (WVC, 1979, p.45-46.)

A análise, no *Tractatus*, como se sabe, deveria terminar em um suposto nível mais fundamental da linguagem, composto por proposições elementares independentes, constituídas como a concatenação direta de nomes simples, que se refeririam diretamente aos objetos simples atômicos. O abandono do atomismo lógico *tractariano* por Wittgenstein se relaciona diretamente com o chamado problema da ‘exclusão das cores’, que constitui também o ponto central das mudanças em relação ao *Tractatus* concernentes ao tratamento da necessidade no período intermediário do seu pensamento. Tais mudanças levaram à adoção da noção de ‘sistema gramatical de relações de interdependência’. Estas relações seriam então responsáveis pela determinação da significação.

Os objetos simples eram, no *Tractatus*, uma condição necessária da figuração, supostos pelo funcionamento da lógica de toda linguagem. Afinal, para que qualquer representação fosse possível e determinada, seria preciso haver um conjunto de possibilidades combinatórias para os objetos. Tais objetos possuiriam propriedades internas: estas seriam justamente as suas possibilidades combinatórias com outros objetos, apesar de propriedades internas não serem predicáveis por definição. Os nomes simples denotariam diretamente objetos simples. Assim, as proposições constituídas unicamente pelos nomes simples seriam logicamente independentes entre si. O corolário da teoria pictórica *tractariana* seria o seguinte: não existiriam conexões necessárias entre proposições atômicas, elas não se excluíam nem se condicionariam, seriam individualmente comparadas com a realidade e uma não poderia jamais implicar a verdade ou falsidade da outra. Já que proposições elementares são determinações simples da realidade, não podem ser nem tautológicas nem contraditórias. Como elas são independentes, o produto

de duas proposições elementares também não pode ser nem tautológico nem contraditório. Entretanto, a atribuição de cores diferentes ao mesmo ponto no campo visual é inconsistente, o que significa dizer que a atribuição de apenas uma cor ao mesmo ponto no campo visual é necessária. Já no *Tractatus*, Wittgenstein afirma que isso se deve à estrutura lógica das cores:

6.3751. Que, p.ex, duas cores estejam ao mesmo tempo num lugar do campo visual é impossível e, na verdade, logicamente impossível, pois a estrutura lógica das cores o exclui. Pensemos na maneira como essa contradição se apresenta na física; mais ou menos assim: uma partícula não pode ter, ao mesmo tempo, duas velocidades; isso quer dizer que não pode estar, ao mesmo tempo, em dois lugares; isso quer dizer que partículas que estejam em lugares diferentes a um só tempo não podem ser idênticas. (É claro que o produto lógico de duas proposições elementares não pode ser nem uma tautologia nem uma contradição. O enunciado de que um ponto do campo visual tem ao mesmo tempo duas cores diferentes é uma contradição).

Uma afirmação que atribui duas cores ao mesmo ponto no campo visual deveria ter, pelo arcabouço conceitual *tractariano*, a forma lógica de uma contradição. Mas a incompatibilidade entre as cores parece ser antes um fato da natureza e não um fenômeno derivado unicamente de leis lógicas formais. Quando dizemos ‘*b* é ao mesmo tempo completamente azul e completamente verde’, não há nada na forma dessa proposição que indique que ela é contraditória. A falsidade de tal afirmação não parece poder ser atribuída, assim, ao signo sozinho. Não seria uma impossibilidade lógica que uma partícula não possa estar em dois lugares ao mesmo tempo. Nesse sentido, a exclusão das cores parece ser também uma necessidade física. Temos então a exigência de uma necessidade na qual os fundamentos da linguagem ou significação (*a priori*) e a física do mundo dos fatos (empírica) se não se confundem jamais, ao menos se tocam; a complexidade do mundo e a complexidade da linguagem devem equivaler.¹ Antes, tínhamos dois níveis: o nível das descrições dos fatos – físico – e o nível das possibilidades, das regras das

1 Os enunciados graduais parecem introduzir um âmbito ao mesmo tempo lógico e experimental, ou necessário e com conteúdo, o que o Wittgenstein do *Tractatus* certamente gostaria de banir juntamente com qualquer possibilidade de enunciados sintéticos *a priori*. Diante do problema das cores, a noção de ‘sistema de proposições’ aparecerá nesta fase do pensamento de Wittgenstein como uma maneira de manter esta recusa.

descrições dos fatos – lógico. Agora, temos apenas um nível, o que devemos fazer é separar nele o que é fundamental. Isso equivalerá a *construir* uma ‘linguagem fenomenológica’, pois com isso obteríamos a função esperada para tal linguagem suposta mais fundamental.

O que significa dizer “Reconhecidamente eu não posso ver qualquer vermelho, mas se você me der uma caixa de pintura, eu posso indicá-lo para você”? Como pode você *saber* que você irá ser capaz de apontá-lo se...; e, assim, que você irá ser capaz de reconhecê-lo quando vê-lo? Isso poderia significar dois diferentes tipos de coisas: poderia expressar a expectativa de que eu deveria reconhecê-lo se me fosse mostrado, no mesmo sentido que eu espero uma dor de cabeça se eu sou golpeado na cabeça; Então isso é, por assim dizer, uma expectativa que pertence à física, com o mesmo tipo de fundamento que qualquer outra expectativa relacionada à ocorrência de um evento físico. Ou ainda, não tem nada a ver com a expectativa de um evento físico, e por esta razão nem minha proposição seria falsificada se tal evento deixasse de ocorrer. Ao invés disso, é como se a proposição estivesse dizendo que eu possuo um paradigma com o qual eu pudesse a qualquer hora comparar. (E o ‘poderia’ é aqui uma possibilidade lógica). Tomando a primeira interpretação: se, olhando para uma certa cor, eu, de fato, reconheço um signo, como eu sei que é a cor que eu *quero dizer*? As proposições de nossa gramática são sempre de mesmo tipo que as proposições da física e não do mesmo tipo que as proposições ‘primárias’ que tratam do que é imediato. (PR, II, 11.)

Separa-se a função de uma mesma proposição na Física e na Gramática, mas não existem dois tipos ou níveis de linguagem. Há a função de um padrão ou paradigma e as proposições que podem ser falsificadas. Wittgenstein diferencia estas funções, mas na medida em que a gramática serve de sistema de instruções, possui a mesma multiplicidade do real.

Uma palavra tem significado apenas no contexto de uma proposição: isso é como dizer que apenas em um uso um bastão é uma alavanca. Apenas a aplicação faz dele uma alavanca. Toda instrução pode ser construída como uma descrição, toda descrição como uma instrução. (PR, II, 14.)

Fundamentalmente, a gramática não é compreendida como determinada por átomos simples, independentes do mundo dos fatos. A ruptura com o atomismo implica problemas com a separação radical entre lógica e experiência. De fato, a partir do problema das cores, esta separação nunca mais será tão rígida como no *Tractatus*. A gramática não corresponde à realidade, no sentido de que não pode ser falsificada pelo que quer que ocorra (afinal, é necessária), mas deve ser constituída pela mesma rede de relações que constitui o real. Chegamos, com isso, à necessidade de explicar o dito ‘caráter convencional’ da gramática, o qual convém investigar mais detidamente.

III. Convenção X Representação

As regras gramaticais, regras que determinam a fronteira entre combinações legítimas de signos e absurdos, são, lemos nas *Philosophische Bemerkungen*, regras de uma linguagem cuja natureza é uma imagem da natureza do mundo: “Mas a natureza da linguagem é uma imagem [figuração] da natureza do mundo” (§54). Isto, é claro, parece fazer eco ao *Tractatus* e sua tese de que há uma isomorfia essencial entre linguagem e mundo. A armação essencial da linguagem espelha a armação essencial do mundo, sustenta-se no *Tractatus*. Tal tese tractariana, por sua vez, faz com que o *Tractatus* se distancie da apropriação convencionalista de suas afirmações levada a cabo por empiristas lógicos como Carnap. Com efeito, apesar de sua crítica à metafísica ser confessadamente devedora das formulações *tractarianas*, os empiristas lógicos – ao formularem sua concepção convencionalista de necessidade – certamente não assinariam embaixo da posição *tractariana* de que linguagem e mundo compartilham uma mesma forma. No entanto, apesar de fazer eco repetidas vezes ao *Tractatus* nas *Philosophische Bemerkungen*, Wittgenstein parece fazer, neste escrito, uma afirmação de teor anti-tractariano ao sustentar que uma “regra de representação” (expressão esta que é tomada como sinônima de “regra gramatical” no contexto em que ela é enunciada) é uma convenção <Konvention>; regras gramáticas são também chamadas aí de “convenções gramaticais”. Ora, o que pretende dizer Wittgenstein nas *Philosophische Bemerkungen* ao afirmar que regras gramaticais são convenções gramaticais?

Primeiramente, podemos dizer, com Wittgenstein, que as regras gramaticais são convenções porque não podem ser justificadas por recurso à representação de fatos independentes.

A gramática é uma ‘teoria dos tipos lógicos’. Eu não chamo de convenção uma regra de representação se ela pode ser justificada por proposições: proposições descrevendo o que é representado e mostrando que a representação é adequada. Convenções gramaticais não podem ser justificadas descrevendo-se o que é representado. Quaisquer umas de tais representações já pressupõem as regras gramaticais. Ou seja, se algo deve contar como absurdo na gramática que deve ser justificada, então não pode, ao mesmo tempo, ser tomada como tendo sentido na gramática da proposição que justifica etc. Você não pode usar a linguagem para ir além da possibilidade de evidência. A possibilidade de explicar estas coisas sempre depende de alguém mais usar a linguagem do mesmo modo que eu. Se ele enuncia que uma certa cadeia de palavras faz sentido para ele, e não faz nenhum sentido para mim, eu posso apenas supor que neste contexto ele está usando palavras com um significado diferente dos que eu dou a elas, ou ainda, ele está falando sem pensar. (PR, I, 7.)

Com isso, coloca-se em questão a própria noção de ‘representação necessária’. Tal problema pode ser apresentado a partir da tradicional questão acerca da determinação do discurso falso. Um conteúdo, qualquer que seja, precisa ser determinado independentemente da sua verdade, para ter um critério de determinação e, por isso, poder ser dito determinado em relação a um critério externo, e por oposição a outro conteúdo que exclui. Se o conteúdo fosse determinado junto com a verdade, o discurso falso não teria sentido. Mas, adicionalmente, como encontramos já no Wittgenstein do *Tractatus*, se o conteúdo fosse determinado junto com a verdade, o discurso verdadeiro também não teria sentido, desde que não existiriam condições de verdade por oposição às condições de falsidade, não havendo, portanto, nenhuma delimitação de condições de verdade.

Mas o que se entende, afinal, por ‘gramática’ nas *Philosophische Bemerkungen*? Ora, no primeiro aforismo do livro, após anunciar o abandono do projeto de uma linguagem “fenomenológica” ou “primária”, Wittgenstein afirma que a fenomenologia “só estabelece as possibilidades” e, deste modo, seria “a gramática da descrição dos fatos” sobre os quais se assentam as teorias da física. Interessa-nos assinalar aqui que isso que Wittgenstein chama de fenomenologia estabelece as possibilidades e, assim, equivale à gramática da descrição dos fatos. Analisemos um exemplo dado por Wittgenstein ainda neste primeiro aforismo das *Philosophische Bemerkungen*. Um octaedro

com as cores puras nos pontos dos cantos, lemos em tal obra, pode ser visto como fornecendo uma “representação gramatical” do “espaço cromático”; tal octaedro nos oferece “uma visão simultânea do todo e das partes das regras gramaticais”. Tal octaedro fornece uma representação gramatical do espaço cromático ao nos apresentar uma visão das regras gramaticais relativas às cores. Tais regras, entrelaçadas em um sistema, proporcionam a “gramática da descrição dos fatos” relativa às cores. Elas não determinam quais descrições são corretas e quais são incorretas: é o confronto com a experiência o que decide a verdade ou falsidade das proposições relativas às cores. Mas se a experiência determina se uma proposição é verdadeira ou falsa, ela nada nos diz sobre seu sentido: “A experiência decide se uma proposição é verdadeira ou falsa, mas não [decide sobre] seu sentido” (§23). A experiência determina se uma descrição é ou não verdadeira ou falsa, mas não se algo é ou não uma descrição, isto é, se uma dada combinação de signos faz ou não sentido e pode, portanto, ser tomada ou não como uma descrição da realidade (descrição esta cuja verdade ou falsidade será decidida através de um confronto com uma experiência do mundo). As regras gramaticais dizem respeito ao sentido, e não à verdade ou falsidade das proposições. Elas determinam os limites do sentido:

“(…) a filosofia, na qualidade de depositária da gramática, pode de fato entender a natureza do mundo, não somente nas proposições da linguagem, mas em regras para essa linguagem que excluem combinações de signos que resultem em contrassensos” (PR §54)

“A gramática”, lemos nas *Philosophische Bemerkungen*, “proporciona à linguagem os graus necessários de liberdade” (§38). A gramática mostra-nos os limites entre o que conta e o que não conta como um lance linguístico autorizado, entre o que pode e o que não pode ser dito com sentido. As regras relativas ao espaço cromático determinam os limites no interior dos quais podemos nos mover quando se trata de enunciar proposições relativas a cores. Podemos dizer com sentido que uma cor preta se tornou mais clara, ou que uma branca se tornou mais escura. Isso pode ser correto ou incorreto, mas não é absurdo, pode ser dito com sentido. Diferentemente, tais regras nos interditam dizer que um objeto preto não se tornou menos preto na medida em que se tornou mais claro ou que um objeto branco não se tornou menos claro na medida em que se tornou mais preto. A fenomenologia seria a “gramática da descrição dos fatos” porque estabeleceria as regras que

devem ser obedecidas caso intentemos fornecer descrições (verdadeiras ou falsas) de fatos. A violação dessas regras resultaria em combinações de signos destituídas de sentido, portanto, nada que possa ser tomado como uma representação (correta ou incorreta) do mundo.

“Verdades” necessárias não podem corresponder a algo independentemente dado, porque isso suporia que estas pudessem não ser o caso. O problema de se tomar regras gramaticais como representativas seria, então, justamente, o de tratar o gramatical como empírico, isto é, o necessário como contingente, isto é, como podendo ser determinado por correspondência a algo independentemente dado, quando o gramatical precisaria ser suposto já em qualquer descrição e, portanto, neste caso, sua verdade seria equivalente a sua semântica. Wittgenstein conclui que o caso paradigmático da confusão entre o âmbito relativo ao que é contingente com o âmbito relativo ao que é necessário de nossa linguagem consiste em tratar as determinações semânticas como determinadas por realidades representadas. Qualquer descrição empírica pode ser verdadeira ou falsa, mas não podemos apelar para alguma realidade independente para estabelecer a verdade de nossos esquemas conceituais (através dos quais avaliamos o que quer que seja) porque estes, assim, teriam que ser avaliados por si mesmos. Se usarmos o sentido assumido por algum esquema gramatical para descrever a realidade que é examinada justamente para determinar a verdade ou falsidade do esquema gramatical, fica claro que, enquanto um julgamento empírico pode sempre manter seu sentido mesmo quando é falso, no caso do esquema gramatical, qualquer suposta falsificação destruiria o sentido da linguagem. Assim, o único modo de manter o esquema conceitual, apesar da confrontação com a realidade, é negar a possibilidade de que ele seja falso. E é isso o que significará que a adoção de um sistema gramatical, diferentemente de um julgamento empírico, não poderia ser determinada por correspondência ao que quer que seja, o que não significa dizer que ele possa em algum sentido estar *fora da realidade*.

(...) Se eu pudesse descrever a questão das convenções gramaticais afirmando que elas são tornadas necessárias por certas propriedades das cores, então isso tornaria as convenções supérfluas, posto que, neste caso, eu seria capaz de dizer precisamente o que as convenções excluem de ser dito. Inversamente, se as convenções fossem necessárias, isto é, se certas combinações de palavras tivessem que ser excluídas como absurdas, por isso mesmo eu não poderia citar uma propriedade das cores que fazem as convenções necessárias,

posto que seria então concebível que as cores poderia não ter esta propriedade, e eu poderia apenas expressar isto violando as convenções. Não poderia ser provado que é absurdo dizer acerca de uma cor que está um semitom acima de outra. Eu poderia apenas dizer “Se alguém usa palavras com os mesmos significados que eu, então ele não pode atribuir nenhum sentido a esta combinação. Se Isso faz sentido para ele, ele deve compreender estas palavras diferentemente do modo que eu compreendo.” (PR, I, 4)

Entretanto, quão convincente possa ou não ser esta argumentação, ela ainda não responde nossa questão inicial. Já no *Tractatus*, as leis lógicas são pressupostos do sentido; local por excelência do colapso entre verdade e semântica, elas possuem sentido zero e não podem ser justificadas por recurso à realidade. Apesar disso, elas não são ditas em nenhuma medida convencionais. Como explicar isso? A resposta consiste em notar que, no *Tractatus*, a combinação de possibilidades de verdade e falsidade possui um limite rígido, estabelecido nos simples da nomeação imediata. Estes, fora do mundo, determinam o isomorfismo entre linguagem e realidade. Não há qualquer espaço para a noção de convenção aplicada à necessidade aqui. Toda necessidade é determinada pelas possibilidades internas dos simples. A compreensão da atribuição de um caráter convencional à gramática, no período intermediário, é refratária ao abandono do atomismo *tractariano*. A necessidade se torna uma convenção na medida em que se abre mão do pressuposto da determinabilidade do sentido nos objetos simples ou átomos da linguagem e, com isso, o mundo perde a sua substância *a priori*. A gramática ainda corresponde à “natureza do mundo”, mas esta própria natureza não é totalmente determinada de uma vez por todas, fora do mundo e linguagem. Portanto, há realmente indeterminação no mundo, e, por isso, um caráter convencional na própria demarcação do que cumpre a função essencial. É nesse sentido que Wittgenstein usa expressamente o termo ‘construção’, como citamos, aplicado à linguagem fenomenológica: separar o essencial do inessencial equivale à construir o limite da descrição dos fatos. Pode-se dizer, assim, considerando-se a passagem 2.0211 do *Tractatus* que agora, já que o mundo não tem substância, ter ou não ter sentido uma proposição depende em alguma medida de ser ou não verdadeira outra proposição. Mas, pelo acima exposto, não podemos tratar no âmbito da necessidade de verdades ou falsidades e, portanto, devemos dizer que ter ou não ter sentido uma proposição depende de uma convenção.

Tomemos a passagem 6:

Se eu explico o significado de uma palavra 'A' para alguém apontando algo e dizendo 'isto é A', então essa expressão pode ser entendida de dois modos. O ela mesma já é uma proposição, e neste caso pode ser entendida apenas na medida em que o significado de 'A' é conhecido, isto é, devo deixar ao acaso se a pessoa o toma como eu quis dizer ou não. Ou a sentença é uma definição. Suponha que eu disse a alguém 'A está doente', mas ele não sabe quem eu significo por A e eu agora aponto um homem dizendo 'este é A'. Aqui a expressão é uma definição, mas pode apenas ser entendida se ele já compreendeu que tipo de objeto é este através do seu entendimento da gramática da proposição 'A está doente'. Mas isso significa que qualquer tipo de explicação de uma linguagem pressupõe já uma linguagem. E em certo sentido, o uso da linguagem é algo que não pode ser ensinado, isto é, não posso usar a linguagem para ensiná-la da mesma maneira que a linguagem poderia ser usada para ensinar alguém a tocar piano. – E isto é claro apenas outro modo de dizer: não posso usar a linguagem para sair da linguagem. (PR, I, 6)

Esta distinção entre definição e uso é importante, pois o uso supõe sempre a definição anterior, e pode ser justificado na linguagem, podendo ser, por isso, verdadeiro ou falso. Já a definição não poderia ser justificada, a possibilidade de sua falsidade nos colocaria fora da linguagem. Até aqui, estamos ainda de acordo com a posição *tractariana*. Entretanto, o Wittgenstein das *Bemerkungen* ressalta ainda que o que a definição supõe para funcionar é justamente já a rede de relações gramaticais. Sendo assim, não pode haver nomeação de simples operando no vazio como condição de toda representação. Os objetos independentes de um sistema não poderiam ser supostos. Tal sistema seria dito, portanto, convencional, na medida em que não seria pré-determinado por uma base atômica substancial.

IV. Sistema de Proposições

Como vimos, a questão da exclusão das cores levou Wittgenstein a abandonar a suposição de um fundamento atômico já dado e, com isso, a própria suposição de um Espaço Lógico determinado para toda representação possível.

Enunciados que se excluem mutuamente não podem ser analisados de modo a gerar proposições logicamente independentes. Os enunciados acerca das cores envolvem gradações e cada grau não pode ser comparado individualmente com a realidade, já que 'P é azul' implica que 'P não é verde, não é amarelo, não é vermelho,....'. Os enunciados graduais são, portanto, comparados com a realidade todos de uma vez. Os graus não poderiam ser simples porque não são independentes, e, assim, as cores não poderiam ser analisadas em tons que não se excluam necessariamente. Não apenas no caso relativo às cores, mas, em qualquer enunciado que inclui gradações, nos quais não há apenas 'sim ou não' como possibilidades, porque tais casos não formam uma unidade conceitual apenas, mas também uma multiplicidade de seus constituintes, tais casos não podem ser conceitualmente tratados como elementos, não gerando, assim, jamais, proposições elementares.² Parece-nos, de fato, que não podemos supor átomos elementares independentes na base da análise destas proposições quando tratamos de gradações de uma mesma "qualidade", que funciona assim como uma "unidade contínua". Tal unidade qualitativa é que constituiria a base do que Wittgenstein denomina então 'sistema de proposições'. Tal sistema seria constituído por relações necessárias que, mesmo 'internas', podem agora ser expressas em atribuições com sentido. Como fica claro no caso das cores, a generalidade do sistema inteiro seria introduzida por um único caso. Em um sistema de proposições, os enunciados não seriam individualmente comparados à realidade, mas seriam sempre abordados já em *relação necessária* a este sistema.

O fato de que uma medida está certa exclui automaticamente todas as outras. Digo automaticamente: assim como todas as marcas de graduação estão em *uma* vareta, de modo similar, as proposições que correspondem às marcas de graduação estão juntas, e não podemos medir com uma delas sem simultaneamente medir com todas as outras. Não é uma proposição que eu comparo com a realidade como um padrão, é um sistema de proposições. (PR, VIII, 82)

2 Parece-nos que o problema para a abordagem atomista se estabelece, estritamente falando, não apenas quando temos mais do que duas possibilidades de exclusão (múltiplas valorações), mas quando estas são, por princípio, irreduzíveis às exclusões atômicas. Isso parece ocorrer justamente quando a análise tende ao infinito, isto é, quando temos infinitas exclusões possíveis, como no caso das cores.

A gramática diz respeito, portanto, a esse sistema de proposições internamente relacionadas. Esta ideia acarretará uma análise distinta das relações de inferência e condicionamento entre as proposições: proposições se condicionam mutuamente e mantêm relações internas, sem que uma análise atômica desse condicionamento seja possível. O texto mais conhecido do período de retorno de Wittgenstein à Filosofia, *Algumas Observações sobre a Forma Lógica (RFL)*, de 1929, tinha como objetivo justamente compatibilizar a exclusão de graus com a manutenção da noção de forma lógica independente da experiência e determinada por proposições elementares. Neste texto, Wittgenstein reconhece já que proposições elementares se relacionam internamente, mas mantém a ideia central que qualquer exclusão necessária é determinada pela lógica, estabelecida em um âmbito distinto, mais fundamental do que o âmbito da experiência ordinária, independente do que pode ser dito com sentido e do mundo dos fatos. Entretanto, e é deste modo que podemos precisar a ruptura que se desenrola logo em seguida no pensamento de Wittgenstein, nas *Philosophische Bemerkungen*, encontramos a rejeição explícita desta duplicidade entre âmbitos a partir da ruptura com o paradigma denotacional da necessidade. Um passo inicial neste sentido pode ser estabelecido na medida em que as próprias relações (internas) e não os supostos átomos independentes começam a ser tomadas como constituindo o final das análises. Esta ideia é introduzida juntamente com a noção de 'sistema de proposições' e vai substituindo o pressuposto atomista. Na medida em que perdemos um âmbito independentemente dado e estabelecido de uma vez por todas sem condicionamentos mútuos, uma série de relações distintas contextualmente é estabelecida. Perde-se, com a impossibilidade de análise em elementos simples independentes, a determinação e unicidade do Espaço Lógico. Em termos ontológicos, perde-se a substância do mundo. O espaço de possíveis é então fragmentado em inúmeros sistemas proposicionais e aparece assim um holismo lógico. Os enunciados graduais encerram uma vagueza que a análise lógica composicional *tractariana* não consegue dar conta. Isso abre a possibilidade de várias lógicas na medida em que destitui o caráter universal da lógica do *Tractatus*. Se não temos mais proposições elementares independentes e nem tudo que pode acontecer (todas as configurações possíveis) é determinado pelos átomos simples independentes, existem outras relações necessárias não passíveis de determinação desta maneira. Há, portanto, nas *Philosophische Bemerkungen* a afirmação de um holismo ausente no *Tractatus* e presente (ainda que com importantes diferenças) nos escritos tardios de Wittgenstein. Se no *Tractatus* há a afirmação do chamado

princípio do contexto – que, de resto, como bem se sabe, aparece também em Frege –, princípio este que reza que uma palavra só tem sentido no contexto de uma proposição, nas *Philosophische Bemerkungen* afirma-se isso e algo mais: que a relação entre linguagem e realidade deve ser pensada em termos de uma relação entre um *sistema de proposições* e o mundo. A ruptura entre o Wittgenstein intermediário em relação ao *Tractatus* neste ponto é afirmada de modo explícito em uma passagem das notas de Waisman para o dia 25 de dezembro de 1929:

Certa vez escrevi: “Uma proposição é apresentada como um padrão em confronto com a realidade. Somente as extremidades mais exteriores das marcas de graduação tocam o objeto a ser medido”. Hoje preferiria dizer: um sistema de proposições é apresentado como um padrão em confronto com a realidade.

Como vimos, na passagem 82 das *Philosophische Bemerkungen*, Wittgenstein afirma que “O que aplico como uma régua [padrão] à realidade não é uma proposição, mas um *sistema* de proposições”. No aforismo 2.1512 do *Tractatus*, sustenta-se que a proposição é como uma régua <Maßstab> aposta à realidade. Como as citações logo acima fazem perceber, o Wittgenstein intermediário desenvolve esta comparação entre proposições e régua. De acordo com o que se lê especificamente nas *Philosophische Bemerkungen*, uma determinada medida considerada certa se relaciona com todas as outras medidas excluindo-as: quando, ao medir certo objeto, concluo que o mesmo possui, digamos, a medida de 20 centímetros, isso significa uma exclusão de todas as outras medidas – se sei que um objeto possui 20 centímetros, então devo saber também que ele é maior que 19 e menor que 21, 22 centímetros, etc. Apenas posso compreender o que significa dizer que algo possui a medida de 20 centímetros se acaso sei de antemão que lugar esta medida específica ocupa no interior de um determinado sistema de medidas, isto é, se acaso sei de antemão como esta medida específica se relaciona com todas as outras medidas do sistema. Assim, nesse sentido específico, é possível dizer que não podemos medir com uma marca de graduação da régua sem, ao mesmo tempo, medir com todas as outras marcas de graduação da mesma. As proposições que dizem respeito à medida de um objeto formam, então, um sistema, e é na forma de um sistema que as mesmas aplicam-se à realidade. O mesmo, segundo a argumentação das *Philosophische Bemerkungen*, pode ser dito em relação às proposições relativas às cores.

Aos poucos, a necessidade, então pensada como logico-gramatical, embora continue sendo compreendida como compartilhada pelos fatos e pela linguagem, passa, por isso mesmo, a espelhar o real e também a nos dizer algo com sentido sobre o mundo. A noção de gramática rompe com o privilégio da denotação na medida em que substitui simples independentes pelo contexto. A partir da noção de sistema, o caráter fundamental da nomeação é questionado e, como consequência, a denotação torna-se secundária em relação ao contexto.

Como não teríamos objetos independentemente dados, mas sempre já relações internas, a nomeação ela mesma não funcionaria senão por supor já a gramática e, portanto, a linguagem funcionando. Os enunciados graduais tornariam evidente a impossibilidade de “simples a priori”, bem como o estabelecimento de uma teoria geral unívoca do significado. As relações internas estruturais não poderiam supor os objetos atômicos dados. A razão disso é muito bem expressa pela possibilidade da falha da ostensão, que aparece já nas *Bermerkungen*, e surge justamente a partir da questão relativa à exclusão dos enunciados graduais.

Na supracitada passagem I, §6, das *Bermerkungen*, encontra-se a distinção entre uma definição ostensiva de ‘A’, como um nome, e uma proposição na qual ‘A’ ocorre. No caso da proposição, já devemos ter o significado de ‘A’ determinado. Já a definição do significado de A, supõe a sua gramática determinada ao fundo para funcionar. Ao apontar para um objeto, um contexto precisa ser dado para que saibamos se apontamos sua cor, sua forma, o objeto particular, um conceito, etc. Esta possibilidade é a “sombra da falha da ostensão”, que acompanha qualquer determinação da multiplicidade com base na nomeação de átomos. Estes átomos precisariam ser dados com uma categoria, um tipo lógico, em uma rede de relações e regras. Wittgenstein afirma nas *Philosophische Bemerkungen* que não apenas “cor”, mas também “som” e “número”, dentre outras palavras, poderiam aparecer nos títulos dos capítulos da gramática (§3). Fornecer uma “representação gramatical” do espaço sonoro deveria consistir em fornecer uma visão daquelas regras que devem ser seguidas caso tenhamos como objetivo fornecer proposições legítimas e não simples absurdos, isto é, combinações de signos que possam ter tomadas como descrições (corretas ou incorretas) de fatos relativos a sons. Se categorias gramaticais sempre são supostas para a identificação dos simples, a análise não termina em átomos e a linguagem pareceria supor sempre outra linguagem (e ao infinito), isto é, uma verdadeira hierarquia de tipos, para funcionar. Mas, afirma Wittgenstein, *não podemos usar a linguagem para sair*

da linguagem, o sistema categorial é, no sentido já abordado, um pressuposto convencional.

Wittgenstein, no início das *Investigações Filosóficas*, argumenta a favor do caráter contextual da própria identificação de referências na linguagem. Não mais a determinação semântica supõe a referência, mas, antes, qualquer identificação de referências suporia já as determinações semânticas contextuais, pois não poderíamos saber exatamente o que uma ostensão designa sem a inserção em uma rede de relações. Tal rede de relações, nas *Investigações Filosóficas*, é determinada por práticas contextuais. Também ali, o exemplo das cores, e outros enunciados graduais, cumprem um papel central na argumentação. De fato, ainda que sem menção às atividades, o papel do contexto na identificação da referência é já ressaltado a partir do problema da exclusão das cores no período intermediário, recusando-se explicitamente que objetos denotados possam ser os responsáveis pela determinação do final das análises.

Suponha que ao invés de dizer ‘isso é chamado ‘vermelho’’, eu tenha formulado minha definição ‘esta cor é chamada ‘vermelha’’. Isto certamente não é ambíguo, mas apenas porque a expressão ‘cor’ estabelece a gramática da palavra ‘vermelho’ até este ponto. (Mas aqui podem surgir perguntas como: você chama apenas este tom de vermelho, ou também outros tons similares?). Podem ser dadas definições como esta: a cor desta mancha é chamada ‘vermelha’, sua forma ‘elipse’. Posso dizer: se deve entender uma grande parte da linguagem para entender esta definição. Alguém que entende esta definição já deve saber onde as palavras (‘vermelho’, ‘elipse’) são colocadas, qual seu lugar na linguagem. (PG, I, II, 24)

A ostensão suporia as determinações categoriais para funcionar. A mera designação do objeto não seria possível por ostensão sem supormos já uma regra para este, a ideia de Wittgenstein é que a designação não funcionaria, se o contexto não fosse já pressuposto. A ostensão (o mero apontar) e, portanto, o mero referir, funcionaria apenas para fazer distinções intra-categoriais, supondo-se já distinções de fundo, e, portanto, supondo-se já a gramática.

Apenas os simples serem definidos ostensivamente cumpriria justamente a função de evitar qualquer dúvida em relação ao que é denotado, pois a nomeação nesse caso entraria justamente no ponto onde a explicação e a dúvida cessam. Entende-se com isso o papel da linguagem fenomenológica.

Os objetos da experiência imediata, os objetos fenomenológicos, ou por *acquaintance*, seriam dados com suas relações internas. O ponto é que se fossemos elucidando as determinações categoriais que precisamos para que a ostensão nominativa funcionasse univocamente, chegaríamos, por fim, aos verdadeiros nomes, em relação aos quais nenhuma elucidação seria possível, os objetos da experiência imediata na linguagem fenomenológica, cuja referência seria suposta por todas as elucidações possíveis (a ligação imediata com a realidade). Tais designadores seriam então os verdadeiros nomes e não descrições disfarçadas, como afirmou Russell em relação aos objetos por *acquaintance*, porque se ligariam de maneira certa ao que nomeiam, visto que estes justamente não poderiam ser identificados independentemente da nomeação. Se apenas os simples fossem nomeados, não haveria espaços para dúvidas adicionais, categoriais, diante da ostensão, e este seria o papel que cumpririam os nomes próprios lógicos. Os objetos da experiência imediata sofrem da mesma ausência de critérios que o linguista privado enfrenta nas *Investigações Filosóficas*: não faz sentido atribuir verdade ou falsidade, não se trata de uma descrição.

Se eu espero um evento e aquilo que preenche minha expectativa ocorre, então faz sentido perguntar se isso realmente é o evento que eu esperava? Ou seja, como é que uma proposição que afirma isto poderia ser verificada? É claro que a única fonte de conhecimento que tenho aqui é uma comparação da *expressão* da minha expectativa com o evento que aconteceu. Como eu sei que a cor desse papel, que eu chamo de ‘branca’, é a mesma que aquela que vi aqui ontem? Ao reconhecê-la novamente, e reconhecê-la novamente é minha única fonte de conhecimento aqui. Nesse caso, “que é a mesma” *significa* que eu a reconheço novamente. Então, é claro que você também não pode perguntar se ela realmente é a mesma e se eu não poderia, talvez, estar enganado; (Se é a mesma e não apenas *parece* ser.) É claro, também seria possível dizer que a cor é a mesma, porque investigações químicas não mostraram qualquer mudança. De modo que se ela não parece a mesma para mim, então eu estou enganado. Mas, mesmo assim, ainda tem que haver algo que é imediatamente reconhecido. E a ‘cor’ eu posso reconhecer imediatamente e aquela que eu posso determinar por investigação química são duas coisas diferentes. Uma fonte só emite uma coisa. (PR, II, 16)

Certamente o “imediatamente reconhecido” (que, por isso, não é sequer reconhecido), é associado ao estatuto gramatical, por não possuir justificativa independente. Wittgenstein precisa de um âmbito com estas características, mas este não pode ser o âmbito de uma experiência exatamente, não se trata de uma mente de um sujeito e de objetos dados, a própria ausência de critérios o interdita. Chega-se a tomar justamente estes indicativos como os verdadeiros nomes porque aquilo que pode funcionar dessa maneira é aquilo cuja falha referencial deve ser impossível, por isso em relação a eles o problema das distinções categoriais não se colocaria, e mais nenhuma elucidação poderia ser dada: nestes casos não temos predicções sobre um objeto já dado, mas trata-se da função que os objetos por *acquaintance* de Russell deveriam cumprir, isto é, não há um sentido pelo qual o objeto poderia ser descrito, se não existisse. Esse é, portanto, o papel que a linguagem fenomenológica deveria cumprir. No período intermediário, a gramática cumpre também exatamente este papel, estabelecendo um sistema de relações necessárias.

A ideia de que você ‘imagina’ o significado de uma palavra quando a ouve ou a lê, é uma concepção ingênua do significado de uma palavra. E de fato tal imagem dá origem à mesma questão de como uma palavra significa algo. Pois se, por exemplo, você imagina azul-celeste e usa essa imagem como base para reconhecer ou procurar a cor, somos ainda forçados a dizer que a imagem da cor não é mesma que a cor realmente vista, e neste caso, como se pode comparar as duas? No entanto, a teoria ingênua de *formar-uma-imagem* não pode estar totalmente errada. Se dissermos ‘uma palavras apenas tem significado no contexto de uma proposição’, então isso significa que é apenas no contexto de uma proposição que ela funciona como uma palavra, e isso não é algo que possa ser dito mais do que que uma poltrona apenas serve seus propósitos que está no espaço. Ou talvez melhor: que uma roda dentada apenas funciona como tal quando está com outras engrenagens. (PR, II, 12)

Tais objetos da experiência imediata são então mais corretamente considerados *não-objetos de experiência nenhuma*. A mente do sujeito não pode cumprir papel algum. A noção de imagem mental, que também teria que ser independente, é já neste momento associada à falha referencial.

V. Conclusão

Vimos que no período intermediário do seu pensamento, Wittgenstein mantém importantes continuidades com o *Tractatus*: a natureza fundamentalmente pictórica da linguagem; a impossibilidade da necessidade ser expressa em proposições descritivas contingentes e o reconhecimento da requisição um âmbito suposto como compartilhado pela linguagem e o mundo, âmbito no qual estes corresponderiam diretamente. Entretanto, este âmbito não é mais suposto como podendo ser estabelecido de uma vez por todas e independente da própria realidade factual e linguagem, este âmbito é construído na medida em que as relações gramaticais são separadas, identificadas na linguagem corrente por meio de uma análise gramatical do seu funcionamento. Wittgenstein rompe, portanto, com a suposição de um nível mais fundamental, universal e *a priori*, para toda linguagem possível. Na medida em que o atomismo *tractariano* é abandonado, o contexto aparece como fundamental na determinação da necessidade: a gramática consistiria em um sistema de relações e não seria determinada por átomos independentes. Esta necessidade já aqui contextual se tornará essencialmente prática – determinada em um contexto de atividades – apenas no chamado período tardio do pensamento de Wittgenstein através da noção então central de ‘forma de vida’. Nas *Philosophische Bemerkungen* afirma-se já o holismo que Wittgenstein continuará sustentando na fase tardia de seus escritos. Há, no entanto, uma diferença fundamental entre tais holismos. Nas *Philosophische Bemerkungen* **não** se acentua o que será acentuado mais tarde: que o sistema de regras gramáticas relaciona-se com a realidade não a dizendo (ou mostrando-a), mas atendendo a determinados interesses e necessidades práticas sob condições específicas. Clarificar o estatuto destes interesses ultrapassa o objeto desta exposição. Cumpre-nos apenas concluir que as *Philosophische Bemerkungen* estão, de fato, a meio caminho entre o *Tractatus* e os escritos tardios de Wittgenstein: por um lado, em tal escrito encontramos já a afirmação do holismo que afasta Wittgenstein das formulações *tractarianas*, por outro lado, tal afastamento ainda não chega ao ponto da entrada em cena de nossas necessidades práticas ao se explicar o caráter de nosso esquema conceitual.

Referências Bibliográficas

- Wittgenstein, L. *Tractatus logico-philosophicus (TLP)* Tradução, apresentação, e estudo introdutório: Luiz Henrique Lopes dos Santos. Introdução: Bertrand Russell. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- Wittgenstein, L. *Philosophical Investigations (PI)* New York, Macmillan Publishing, 1968.
- Wittgenstein, L. *Quelques remarques sur la forme logique (RFL)* Trad.: Elisabeth Rigal. TER, 1985.
- Wittgenstein, L. *Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle: conversations recordings by Friedrich Waismann (WVC)* Oxford: Blackwell, 1979.
- Wittgenstein, L. *Philosophical Remarks. (PR)* Trad.: Raymond Hargreaves, Roger White. University of Chicago Press, 1980.
- Wittgenstein, L. *Philosophical Grammar. (PG)* Org.: R. Rhees. Oxford: Blackwell, 1974.
- Wittgenstein, L. *Wittgenstein's Nachlass*. The Bergen Electronic Edition. Oxford University, 2000.